

O “ESTATUTO PRIVADO” DOS MEMBROS DA UNIÃO DE FACTO

Rita Lobo Xavier*

Resumo: O texto descreve o processo de legalização da união de facto no Direito português, centrando-se na relevância desta relação no âmbito jurídico-civil. A análise das disposições aplicáveis e a reflexão sobre os efeitos reconhecidos à união de facto sublinham o contraste existente entre a natureza predominantemente privada da união de facto, no plano das relações entre os respetivos membros, e a proteção que lhe é concedida, no plano externo e de proteção social.

Palavras-Chave: União de facto / Relações familiares / Efeitos legais da união de facto

Sumário: 1. A legalização da união de facto. 2. A união de facto e a Constituição da República Portuguesa de 1976. 3. A união de facto e o casamento. 4. A relevância da união de facto no âmbito jurídico-civil. 5. As características das relações jurídicas familiares e a natureza jurídica da união de facto. 6. A noção jurídica de união de facto. 7. A prova da união de facto. 8. O “estatuto privado” dos membros da união de facto. 8.1. Destino da casa de morada comum no caso de dissolução da união de facto por ruptura ou por morte; 8.2. Os efeitos patrimoniais entre os membros da união de facto e a divisão do património adquirido durante a vida em comum; 8.3. O reconhecimento de uma forma de “economia doméstica” comum; 8.4. Direito a indemnização do membro sobrevivente da união de facto no caso de lesão de que proveio a morte; 8.5. Reparação dos prejuízos causados em caso de injusta ruptura da união de facto. 9. Con-

* Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Porto.

clusão.

1. A LEGALIZAÇÃO DA UNIÃO DE FACTO



expressão “união de facto” foi utilizada pela primeira vez na epígrafe do art. 2020.º do Código Civil, que concedia o direito a alimentos sobre a herança do falecido àquele que com ele vivesse “em condições análogas às dos cônjuges”⁽¹⁾. No entanto, a história recente da legalização da união de facto em Portugal só começa verdadeiramente com a Lei n.º 135/99, de 28/8, que adotou medidas de proteção da união de facto⁽²⁾. Esta lei teve um breve período de vigência, sendo substituída pela Lei n.º 7/2001, de 11/5 (Lei das Uniões de Facto = LUF), que veio dar relevância jurídica à união de facto entre pessoas do mesmo sexo. A Lei n.º 23/2010, de 30/8 (alteração à Lei das Uniões de Facto), introduziu algumas mudanças relevantes na versão originária da Lei n.º 7/2001, de 11/5.

Logo ao princípio ficaram delineadas as duas principais características do tratamento legal da união de facto no ordenamento jurídico português⁽³⁾. Em primeiro lugar, sempre se omitiu qualquer exigência quanto a requisitos de relevância

⁽¹⁾ Esta norma foi introduzida pela chamada Reforma de 1977 que visou adequar o Código Civil de 1966 à Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976.

⁽²⁾ Esta lei representou para FRANCISCO PEREIRA COELHO a “institucionalização” da união de facto. A expressão “institucionalização” reporta à circunstância de ter passado a haver um diploma legal a reunir medidas de proteção das uniões de facto que até então estavam dispersas por regulação avulsa. Cfr. FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, I, Introdução e Direito Matrimonial, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2001, p. 92. O Autor apontava para algum “voluntarismo” da parte do legislador (cfr. “Casamento e divórcio no ensino de Manuel de Andrade”, in AA.VV., *Ciclo de Conferências em Homenagem Póstuma ao Professor Doutor Manuel de Andrade*, Coimbra, Almedina, 2001, p. 66).

⁽³⁾ Cfr. RITA LOBO XAVIER, «Novas sobre a união “more uxorio” em Portugal», in *Estudos dedicados ao Professor Mário Júlio de Almeida Costa*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2002.

jurídica da união de facto para além da referência a uma convivência “em condições análogas às dos cônjuges” com uma determinada duração. A segunda característica consiste na distinção entre um “estatuto social”, que define os direitos das pessoas a viver em união de facto face a terceiros, *maxime* perante entidades públicas, sempre que isso convenha aos interessados para efeitos de benefícios sociais, laborais, etc., e que tem sido progressivamente aumentado; e um “estatuto”, que tenho designado por “privado”, relativo aos próprios direitos e deveres recíprocos entre essas pessoas, às exigências de solidariedade, cooperação e responsabilidade entre ambas, aos efeitos da ruptura, nomeadamente no que diz respeito à divisão da propriedade adquirida, à prestação de alimentos, à remuneração pela colaboração prestada durante a vida em comum, que foi sendo ignorado pela lei, exceto no que se refere ao destino da casa de morada comum após a dissolução da união de facto.

A Lei n.º 135/99, de 28/8 (medidas de proteção da união de facto) não criou um regime unitário para a união de facto, limitando-se tão-só a reunir algumas medidas já existentes, salvaguardando expressamente toda a legislação setorial que lhe concedia proteção jurídica⁽⁴⁾. Grande parte das disposições da lei remetia para legislação especial no âmbito do direito da segurança social, do direito do trabalho, do direito fiscal ou do direito administrativo⁽⁵⁾.

⁽⁴⁾ Art. 1.º, n.º 2: “Nenhuma norma da presente lei prejudica a aplicação de qualquer outra disposição legal ou regulamentar em vigor tendente à protecção jurídica da união de facto”. Sobre esta lei, cfr. ANTÓNIO FRANÇA PITÃO, *União de facto no direito português. A propósito da Lei n.º 135/99, de 28/08*, Coimbra, Almedina, 2000.

⁽⁵⁾ O art. 3.º da Lei n.º 135/99, de 28/8, reconheceu “efeitos” à união de facto no âmbito da segurança social (direito a proteção na eventualidade de morte do beneficiário pelo regime geral da segurança social e da lei), do direito do trabalho (direito a beneficiar do regime das férias, feriados e faltas, aplicável por efeito do contrato individual de trabalho equiparado ao dos cônjuges e direito a prestação por morte resultante de acidente de trabalho ou doença profissional), do direito fiscal (direito à aplicação do regime do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares nas mesmas condições dos sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de

O estatuto da união de facto representou assim mais uma “via original” – diria eu, “à portuguesa” – na regulação deste tipo de questões, pois impôs-se o reconhecimento público da “união de facto”, desresponsabilizando-se quase totalmente os indivíduos nas suas relações recíprocas e para com a sociedade⁽⁶⁾. Na verdade, o reconhecimento de direitos àqueles que vivem em união de facto perante o Estado e a sociedade em geral depende, na generalidade dos países civilizacionalmente próximos do nosso, da vinculação dos próprios a determinados deveres recíprocos⁽⁷⁾.

A “originalidade” da nossa lei decorreu, em primeiro lugar, da forma como a questão foi abordada em Portugal: o debate desenvolveu-se em termos puramente políticos e ideológicos. Com efeito, houve uma apropriação desta questão pelos grupos político-partidários, que utilizaram e manipularam habilmente argumentos políticos – principalmente “politicamente corretos” –, transformando o tema numa “causa simpática e generosa”. A lei ficou assim a dever-se a uma especial conjugação de equilíbrios parlamentares circunstanciais que determinaram opções puramente políticas, alheias a considerações de índole estritamente jurídica e de política familiar.

Em seguida, é de notar que em Portugal, ao contrário do

peçoas e bens) e do direito administrativo (direito a beneficiar do regime das férias, faltas, licenças e preferências na colocação dos funcionários da Administração Pública equiparado ao dos cônjuges e direito a pensão de preço de sangue e por serviços excepcionais prestados ao País).

⁽⁶⁾ Alguma doutrina considera as pessoas unidas de facto obrigadas pelos mesmos direitos pessoais recíprocos que existem entre os cônjuges, embora se trate de obrigações apenas com “relevância ética ou social”. Não é esse o meu entendimento, tendo em conta as disposições da LUF.

⁽⁷⁾ Por exemplo, no Pacto Civil de Solidariedade francês – vulgo, *Pacs* – a solidariedade implica uma obrigação de ajuda mútua recíproca, uma presunção de indivisão dos bens adquiridos e uma responsabilidade de ambos os companheiros pelas dívidas contraídas para acorrer às necessidades da vida corrente. Em caso de dissolução do pacto, a liquidação dos direitos e obrigações é feita por acordo, e, na falta de acordo, é o juiz que decide sobre as consequências patrimoniais da ruptura sem prejuízo da reparação dos danos eventualmente sofridos.

que vemos acontecer em outros países, assistiu-se a uma luta política em que se reivindicavam quase exclusivamente direitos – os mesmos direitos que as pessoas casadas... – e direitos a afirmar face a terceiros, nunca entre os próprios companheiros. Reclamava-se a consagração de direitos face a entidades públicas – a Segurança Social, as entidades hospitalares, etc. – e face a entidades privadas – o empregador, o locador, os parentes herdeiros legítimos ou legítimos do companheiro falecido... E não foi reivindicada em geral uma tutela face ao outro companheiro: alimentos por ruptura, comunicabilidade de algum património, divisão do património, efetivação de um dever de assistência...⁽⁸⁾. Julgo que o facto de se terem apenas exigido e consagrado direitos se ficou a dever a uma propensão para a dependência face ao Estado, comum na sociedade portuguesa.

Em terceiro lugar, ter-se-á fugido à regulamentação excessiva das uniões de facto, principalmente quanto aos deveres dos companheiros e quanto ao mínimo de solidariedade exigida, pois isso poderia desincentivar a escolha de tal relação informal em detrimento do casamento. Só que é difícil compreender como conceder uma proteção face ao Estado e face à sociedade sem que simultaneamente os companheiros sejam chamados a assumir responsabilidades também entre si.

Tudo isto trouxe uma grande ambiguidade ao tratamento da questão que se refletiu na própria lei. Se o que se pretendia era permitir uma união livre e facilitar uma alternativa ao casamento com ausência de vinculação, bastaria que o Estado se limitasse a preservar a liberdade de não casar. Se o objetivo

⁽⁸⁾ É geralmente olvidado que os direitos atribuídos aos cônjuges estão em íntima relação com determinados deveres; por exemplo, o eventual direito de um trabalhador em regime de contrato de trabalho em funções públicas a ocupar um lugar vago na cidade de residência do seu cônjuge está em íntima relação com o dever de os cônjuges adotarem uma residência comum: é este dever que constitui os poderes públicos na obrigação de favorecer o seu cumprimento. Outro exemplo: o direito a faltas para assistência ao cônjuge doente está relacionado com o dever de cooperação que existe entre ambos.

era o reconhecimento público da união de facto e provocar a aceitação social e a mudança de mentalidades pela atribuição de efeitos jurídicos a tais uniões, esse reconhecimento deveria depender da responsabilização e da solidariedade recíprocas. A meu ver, semelhante reconhecimento público só deve ocorrer relativamente a uniões que preencham um conceito muito restrito de união de facto, tal como acontece em vários sistemas e como alguma doutrina portuguesa defende. Só seria então união de facto juridicamente relevante aquela que reunisse alguns elementos essenciais que a caracterizam como um casamento “aparente”, muitas vezes ao ponto de se exigir a “intenção de constituir família”.

A Lei n.º 7/2001, de 11/5, veio alargar às pessoas do mesmo sexo que vivam em união de facto as medidas de proteção nela previstas. Alguma doutrina procedeu então à distinção entre diferentes uniões de facto. Com efeito, uma vez que a lei ainda não permitia o casamento entre pessoas do mesmo sexo, haveria que distinguir entre as uniões de facto heterossexuais e as uniões de facto entre pessoas do mesmo sexo, diferenciando a disciplina aplicável a umas e a outras⁽⁹⁾. Tal distinção era plenamente justificável, uma vez que se podia afirmar que apenas os unidos de facto de sexo diferente viviam “em condições análogas às dos cônjuges”, com uma aparência externa de casamento, não existindo tal analogia e aparência relativamente aos unidos de facto do mesmo sexo. A distinção implicava o entendimento segundo o qual só haveria equiparação entre a união de facto entre pessoas de sexo diferente e a união de facto entre pessoas do mesmo sexo para os efeitos previstos nos arts. 3.º e 5.º da Lei n.º 7/2001⁽¹⁰⁾; “relativamente a todos os

⁽⁹⁾ Assim, desde logo, cfr. PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, para quem a relevância jurídica da união de facto se fundava na analogia com a comunhão de vida conjugal e na aparência externa de casamento em que terceiros podem confiar [*Curso de Direito da Família*, I, Introdução e Direito Matrimonial, 4.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 100, 113 e 114].

⁽¹⁰⁾ *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 53 e 65.

efeitos da união de facto não previstos nestes artigos, não existiria base legal para estender à união de facto entre pessoas do mesmo sexo disposições que foram pensadas apenas para a união de facto entre pessoas de sexo diferente”⁽¹¹⁾. Nesta ordem de ideias, sustentou-se igualmente que o art. 2020.º do Código Civil não teria aplicação à união de facto entre pessoas do mesmo sexo, uma vez que o direito a exigir alimentos da herança do falecido não estava compreendido no art. 3.º da Lei n.º 7/2001⁽¹²⁾. Por outro lado, a diversidade de sexos não podia deixar de exigir-se relativamente aos efeitos da união de facto que pressupõem essa diversidade, como seria o caso dos efeitos previstos nos arts. 1911.º, n.º 2 e 1871.º, n.º 1, alínea c)⁽¹³⁾.

Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2010, de 30/8 (alteração à Lei das Uniões de Facto), o atual n.º 2 do art. 1.º passou a conter uma definição desta relação: “A união de facto é a situação jurídica de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivam em condições análogas às dos cônjuges há mais de dois anos”. A definição legal de união de facto equipara as uniões de facto entre pessoas de sexo diferente e entre pessoas do mesmo sexo, salvo para efeitos de adoção conjunta (cfr. o art. 7.º da mesma lei). Na verdade, a Lei n.º 9/2010, de 31/5, veio permitir o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Neste momento, o Código Civil designa pelo termo “cônjuges” quer o homem e a mulher casados, quer as pessoas do mesmo sexo que contraíram “casamento” civil, muito embora esta opção do legislador ordinário não se compreenda no caso das normas que supõem a diferenciação sexual (como acontece nas que respeitam ao estabelecimento da filiação ou à regulação das responsabilidades parentais relativas a descendência comum). Caberá perguntar se, apesar de tecnicamente correta, a definição legal de união de facto não será

⁽¹¹⁾ *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 66.

⁽¹²⁾ *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 91.

⁽¹³⁾ *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 65.

excessiva, sobretudo para aqueles que entendem que o vínculo formal entre duas pessoas do mesmo sexo é apenas uma ficção de casamento, legalmente imposta, mas não correspondente à realidade antropológica subjacente à instituição matrimonial. GUILHERME DE OLIVEIRA informa que se pretendeu tornar claro que todos os efeitos de proteção das uniões de facto devem ser aplicados independentemente de se tratar de uniões do mesmo sexo ou de sexo diferente, com a exceção da possibilidade da adoção conjunta e de serem beneficiários das técnicas de Procriação Medicamente Assistida⁽¹⁴⁾. A nova redação do art. 2020.º do Código Civil, adotando a expressão “membro sobrevivente da união de facto”, confirma a opção legislativa no sentido de equiparar as uniões de facto do mesmo sexo ou de sexo diferente⁽¹⁵⁾.

2. A UNIÃO DE FACTO E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA DE 1976

A abordagem da união de facto numa perspetiva constitucional ocorre, em primeira linha, em face do n.º 1 do art. 36.º da CRP, nos termos do qual “[t]odos têm o direito de constituir família e de contrair casamento”. Alguns Autores sustentaram que esta norma reconhecia implicitamente a união de facto como relação jurídica familiar. Para outros, uma tal conclusão não poderia ser retirada do texto constitucional, rejeitando a interpretação segundo a qual o legislador ordinário estaria obrigado a reconhecer a união de facto como relação jurídica familiar¹⁶. Cumpre destacar a posição de PEREIRA COELHO,

(14) GUILHERME DE OLIVEIRA, “Nota sobre a Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto (Alteração à lei da união de facto)”, in *Lex Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, Ano 7, n.º 14, 2010, p. 141.

(15) GUILHERME DE OLIVEIRA, “Nota sobre a Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto (Alteração à lei da união de facto)”, *cit.*, p. 149.

(16) Assim, na primeira linha, FRANCISCO PEREIRA COELHO (cfr. *Curso de Direito da Família*, policopiado, Coimbra, 1981, pp. 11 e 62-63, *Curso de Direito da Família*, policopiado, Coimbra, 1986, pp. 65 e 67; FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME

precocemente delineada e aprimorada até à mais recente edição do *Curso de Direito da Família* (2008)⁽¹⁷⁾. É este, em resumo, o seu entendimento:

– Em face do art. 36.º, n.º 1, da CRP não pode tirar-se qualquer argumento no sentido da qualificação da união de facto como relação de família⁽¹⁸⁾.

– A lei que equiparasse inteiramente a união de facto ao casamento seria inconstitucional, em face do “direito de não contrair casamento”, por um lado, e em face do “direito de casar”, por outro⁽¹⁹⁾.

– Se os efeitos gerais do casamento fossem extensivos à união de facto, poderia considerar-se violado o princípio da “proteção do casamento”⁽²⁰⁾.

DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 55 e 117-119) discordou abertamente quer da interpretação do art. 36.º, n.º 1, da CRP de 1976 sustentada por Castro Mendes, quer da defendida por Gomes Canotilho e Vital Moreira [JOÃO DE MENDES, “Família e casamento”, in AA.VV., *Estudos sobre a Constituição*, 1.º vol., Lisboa, Livraria Petrony, 1977, p. 372; JOAQUIM GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, 4.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007, p. 561]. Sobre esta matéria, cfr. JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 401-405; HEINRICH HÖRSTER, “Há necessidade de legislar em matéria de união de facto?”, in AA.VV., *Direito da Família e Política Social – Actas do Congresso Internacional organizado de 1 a 3 de Outubro de 1998 pela Faculdade de Direito da Universidade Católica (Porto)* (Maria Clara Sottomayor e Maria João Tomé, coords.), Porto, Publicações Universidade Católica, 2001, p. 70; CRISTINA ARAÚJO DIAS, “Da Inclusão Constitucional da União de Facto: Nova Relação Familiar” in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, vol. VI, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, *passim*.

⁽¹⁷⁾ Cfr. a sua alocução datada de 1984 e publicada em 1986 “Casamento e família no direito português”, in *Temas de Direito da Família*, Coimbra, Almedina, pp. 4 e 5; “Anotação ao Acórdão do STJ de 05.06.1985”, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência (RLJ)*, Ano 119.º (1986-1987), n.º 3753, p. 375.

⁽¹⁸⁾ *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 55 e 118.

⁽¹⁹⁾ *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 58. Neste sentido, cfr. NUNO DE SALTER CID, “Sobre o direito de não contrair casamento”, in *Família, consciência, secularismo e religião*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, *passim*.

⁽²⁰⁾ “Casamento e divórcio no ensino de Manuel de Andrade”, cit., pp. 67 e 68; *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 58 e 113 e 114.

A questão pode ser ainda analisada em face do princípio da proteção da família expresso no art. 67.º da CRP: este princípio *não impõe* ao legislador ordinário a atribuição de efeitos favoráveis à união de facto, mas também *não proíbe* que lhe “conceda os efeitos que tenha por adequados e justificados”⁽²¹⁾. O enquadramento constitucional da união de facto deve ser completado com a referência ao princípio da proteção da união de facto decorrente do direito ao desenvolvimento da personalidade, reconhecido no art. 26.º da CRP⁽²²⁾. A “legislação que proibisse a união de facto ou a *penalizasse*, impondo sanções aos membros da relação e coarctando de modo intolerável o direito de as pessoas viverem união de facto, seria pois manifestamente inconstitucional”⁽²³⁾. Na verdade, viver em união de facto “é uma opção de vida, uma manifestação do direito ao livre desenvolvimento da personalidade”⁽²⁴⁾.

Finalmente, também deve ser ponderado neste contexto o princípio da igualdade, consagrado no art. 13.º da CRP. Tal princípio apenas proíbe discriminações arbitrárias, pelo que “um tratamento diferente das duas situações, em que as pessoas que vivam em união de facto, não tendo os mesmos deveres, não tenham em contrapartida os mesmos direitos das pessoas casadas, mostra-se assim conforme ao princípio da igualdade, que só quer tratar como igual o que é igual e não o que é diferente, não havendo base legal para estender à união de facto as disposições que ao casamento se referem”⁽²⁵⁾.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem não re-

(21) “Anotação ao Acórdão do STJ de 05.06.1985”, in *RLJ*, Ano 120.º, n.º 3756, p. 84.

(22) Depois de ter reconhecido o direito à vida e o direito à integridade física e moral, o art. 26.º da CRP tipifica “outros direitos pessoais”. A quarta revisão constitucional, ocorrida em 1997, acrescentou no n.º 1 do art. 26.º a referência ao “direito ao desenvolvimento da personalidade”. Cfr. FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 2.ª ed., cit., p. 88.

(23) *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 56.

(24) *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 77.

(25) *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 57.

fere expressamente a união de facto, dedicando dois preceitos às relações familiares: o art. 12.º, que tutela o respeito pela vida familiar, e o art. 16.º, que estabelece o direito a casar e a constituir família e à proteção desta pela sociedade e pelo Estado. Por seu turno, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem também contempla dois preceitos dedicados à família: o art. 8.º (respeito pela vida privada e familiar) e o art. 12.º (direito de casar e constituir família). O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem tem vindo a interpretar o art. 8.º da Convenção no sentido de nele se incluir, não só as famílias constituídas com base no casamento – como sucede no art. 12.º – mas também, as situações familiares de facto, assumindo, como critério relevante, a “efetividade de laços interpessoais”⁽²⁶⁾.

3. A UNIÃO DE FACTO E O CASAMENTO

Apesar de tudo, as leis de 1999 e de 2001 resolveram alguns problemas: a união de facto não foi equiparada ao casamento e as normas respeitantes ao casamento não devem, em princípio, ser aplicadas à união de facto por via da analogia. Com efeito, quanto ao primeiro aspeto e como ficou dito, uma eventual equiparação da união de facto ao casamento haveria de depender da circunstância de os companheiros assumirem, de facto, responsabilidades recíprocas análogas às dos cônjuges. Se não se verifica um compromisso em tudo semelhante, embora de facto, o princípio da igualdade, tantas vezes invocado nesta questão, exigirá um tratamento diferenciado das duas situações. Apenas se compreenderá que a lei confira à união de facto as mesmas consequências jurídicas do casamento relativamente aos aspetos em que exista efetivamente uma semelhança com o que ocorre na relação conjugal, por exemplo, no

⁽²⁶⁾ CRISTINA ARAÚJO DIAS, “Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as novas formas de família”, in *Revista Jurídica da Universidade Portucalese*, n.º 15, 2012, p. 40.

que se refere à proteção da casa de morada, na medida em que os companheiros adotem uma residência comum; ou no que diz respeito aos descendentes comuns porque a relação que se estabelece entre os progenitores e os filhos é idêntica à que se existe quando há casamento; ou quanto às faltas justificadas para assistência ao companheiro doente ou em caso de falecimento.

Doutra perspetiva, repare-se que a total equiparação entre o casamento e a união de facto implicaria a assunção de obrigações pela sociedade face às pessoas que vivem em união de facto sem que estas ficassem vinculadas por responsabilidades semelhantes às das pessoas casadas, isentando-as assim dos mesmos deveres perante a sociedade. Por estas mesmas razões, reforçadas pela circunstância de haver um diploma especial dedicado à união de facto, as normas relativas ao casamento não devem, em princípio, ser aplicadas por via da analogia a tal união.

4. A RELEVÂNCIA DA UNIÃO DE FACTO NO ÂMBITO JURÍDICO-CIVIL

Na ordem jurídica portuguesa, a união de facto não se constitui por ato de autoridade pública ou com a intervenção de pessoa investida de autoridade pública, ou mediante qualquer formalidade. A união de facto é a situação jurídica de duas pessoas que vivem em comum por mais de dois anos (art. 1.º da LUF), sem que se verifique alguma das situações previstas no art. 2.º, mas não origina um vínculo jurídico entre ambas, não gera um estado civil, nem relações de afinidade. Os membros da união de facto não assumem deveres jurídicos recíprocos, não se vinculando a nenhum dos deveres conjugais previstos no art. 1672.º do Código Civil, não podendo também acrescentar os apelidos do outro, nos termos do art. 1677.º do Código

Civil⁽²⁷⁾. A união de facto é livremente dissolúvel apenas por vontade de um dos membros, por isso, não pode afirmar-se que seja duradoura, não sendo sujeita a registo⁽²⁸⁾.

São ainda de destacar os seguintes aspetos da união de facto no âmbito jurídico-civil:

- os efeitos *favoráveis* previstos na LUF dependem de invocação por um ou por ambos os membros da união de facto;

- a união de facto juridicamente relevante não constitui impedimento a que um dos membros celebre casamento com outrem;

- não está previsto um regime de bens nem um regime de responsabilidade por dívidas;

- não gera obrigações de solidariedade pós-ruptura para além da (eventual) proteção relativamente à casa de morada comum;

- em caso de morte, o sobrevivente não é herdeiro legal do falecido: a lei prevê apenas os direitos de habitação da casa de morada comum e de uso do respetivo recheio, a (eventual) transmissão do direito de arrendamento relativo à casa de morada comum, a (eventual) pensão de sobrevivência, o (eventual) direito a exigir alimentos da herança do falecido.

Os membros da união de facto quando sejam de sexo diferente podem ser beneficiários das técnicas de Procriação Medicamente Assistida e podem adotar conjuntamente (cfr. art. 6.º da Lei n.º 32/2006, de 26/7). No caso de filhos comuns, não existe uma presunção legal de paternidade como a que decorre

⁽²⁷⁾ FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 69.

⁽²⁸⁾ A ruptura é livre, pode ser unilateral, não está prevista qualquer forma para a ruptura nem a intervenção de uma autoridade pública. A lei prevê a dissolução da união de facto pela celebração de casamento (cfr. o art. 8.º, n.º 1, da LUF). A circunstância de a união de facto não ser registada conduz a que o crime de bigamia previsto no Código Penal português se reporta afinal apenas a uma “bigamia de registo” [cfr. ANTÓNIO MANUEL ALMEIDA COSTA, “Existe lugar para a categoria dos delitos de mão própria no Direito Penal português?”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Figueiredo Dias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 277- 281].

o art. 1826.º do Código Civil no caso de filho nascido ou concebido na constância do casamento (presunção *pater is est quem nuptias demonstrant*). Na verdade, esta presunção está intimamente ligada aos deveres conjugais recíprocos de coabitação e de fidelidade (art. 1672.º do Código Civil), que, como vimos, não são assumidos pelos membros da união de facto em termos jurídicos.

O estabelecimento da paternidade relativamente ao membro da união de facto que seja o progenitor masculino do filho que a sua companheira der à luz deverá ocorrer através da perfilhação (arts. 1847.º e 1848.º do Código Civil).

Os membros da união de facto podem exercer em conjunto as responsabilidades parentais em relação aos filhos comuns (art. 1911.º, n.º 1, do Código Civil) e, em caso de ruptura, são de aplicar as mesmas normas que regulam as responsabilidades parentais após o divórcio dos progenitores (art. 1911.º, n.º 2, do Código Civil).

Note-se finalmente que o estrangeiro que viva em união de facto há mais de três anos com nacional português pode adquirir a nacionalidade portuguesa se declarar, na constância da união de facto, que quer ser português, desde que não se verifique nenhuma das circunstâncias que são fundamento de oposição à aquisição da nacionalidade (cfr. os arts. 3.º e 9.º da Lei n.º 37/81, de 3/10 – Lei da Nacionalidade – e 14.º do respectivo Regulamento).

5. AS CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES JURÍDICAS FAMILIARES E A NATUREZA JURÍDICA DA UNIÃO DE FACTO

Do exposto, não pode deixar de se concluir que o “estatuto privado” da união de facto é muito ténue, não incluindo aspetos relevantes que normalmente estão associados à qualificação de uma relação jurídica como familiar.

As relações jurídicas familiares previstas no Código Civil são a relação conjugal, a relação de parentesco, a relação de afinidade e a relação de adoção (art. 1576.º do Código Civil). Em todas estas relações encontramos um vínculo constituído por *direitos e deveres jurídicos recíprocos*; estes direitos e deveres são *funcionais*⁽²⁹⁾, o que significa, desde logo, que o seu exercício deve orientar-se para a finalidade em vista da qual são reconhecidos; mas também são *funcionais* no sentido de que o seu titular *deve* exercê-los, por isso são designados como *direitos-deveres*. Assim, por exemplo, os titulares das responsabilidades parentais, em regra, o pai e a mãe, não podem optar por exercer ou não exercer os *direitos-deveres* compreendidos por tais responsabilidades parentais, *devem* exercê-los. Além disso, tais *direitos-deveres* devem ser exercidos de acordo com a sua finalidade. O pai e a mãe, titulares das responsabilidades parentais em relação ao seu filho/filha menor, devem exercer as suas responsabilidades parentais no interesse do filho/filha. Assim, se não cumprirem os seus direitos-deveres pondo em perigo a segurança, saúde, formação moral e educação do filho/filha, podem ser inibidos das mesmas responsabilidades parentais, e eventualmente o filho/filha ser confiado a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência (cfr. arts. 1905.º e 1908.º).

As relações jurídicas familiares são tendencialmente *duradouras* e é por isso que são sujeitas a registo gerando um estado civil (por exemplo, o estado de filho, o estado de cônjuge, o estado de adotado)⁽³⁰⁾. Devem ser registadas no registo civil as relações de casamento, de filiação, de adoção, bem como o divórcio, a separação de pessoas e bens, a regulação das responsabilidades parentais (cfr. art. 1.º do Código do Registo

⁽²⁹⁾ Sendo certo que se pode afirmar que todos os direitos subjetivos são funcionais, em virtude da cláusula geral da proibição do abuso do direito (art. 334.º do Código Civil).

⁽³⁰⁾ FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 157.

Civil – CRC).

As relações jurídicas familiares têm também como característica a *tipicidade*: estão previstas na lei, bem como os factos jurídicos que lhes dão origem, o seu conteúdo típico, as causas da sua extinção. Assim acontece, designadamente com as relações de parentesco (arts. 1578.º-1582.º e 1874.º s), de adoção (arts. 1973.º, 1974.º, 1986.º, 1989.º e 1990.º s); o contrato de casamento (arts. 1577.º, 1671.º, 1672.º e 1788.º s); a perfilhação (arts. 1849.º, 1853.º, 1858.º, todos do Código Civil). Deste modo, não se pode considerar como familiar uma relação que não esteja prevista como tal na lei; nem duas pessoas podem celebrar um contrato que vise constituir entre si a relação de irmãos.

As relações jurídicas familiares têm um carácter *relativo*, uma vez que o vínculo existe apenas entre os sujeitos da relação. No entanto, também se afirma que este vínculo goza de proteção *erga omnes*, como é reconhecido pela lei portuguesa nas situações abrangidas pelos arts. 495.º, n.º 2 e 496.º, n.º 2. São concebíveis outras situações em que seja admissível a dedução de um pedido de indemnização contra um terceiro que causou danos a uma pessoa ligada a outra por uma relação familiar, por exemplo, por ser o terceiro cúmplice no rio⁽³¹⁾.

A *fragilidade da garantia* costuma ser também apontada como característica das relações jurídicas familiares, uma vez que não existe uma sanção eficaz para o não cumprimento dos deveres recíprocos a que os sujeitos estão obrigados⁽³²⁾. Esta *pretensa fragilidade* resulta hoje apenas do facto inegável de que o cumprimento de tais deveres não pode ser exigido pela sua própria natureza, exceto no que se refere aos direitos de conteúdo exclusivamente patrimonial. Não está porém ve-

⁽³¹⁾ Cfr. JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, 4.ª ed., Lisboa, AAFDL, 2013, p. 107.

⁽³²⁾ FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 155.

dada a dedução de um pedido de indemnização pelos danos sofridos resultantes do incumprimento dos deveres conjugais, como aliás está pressuposto no contexto do regime do divórcio no art. 1792.º. Claro está que, como salienta PEREIRA COELHO, a fragilidade dos deveres familiares residirá sobretudo na dificuldade de ordem prática: não se concebe que a relação familiar permaneça quando ambos os sujeitos se estão a defrontar em tribunal a propósito da pretensão de um deles de obter uma indemnização pelo incumprimento dos deveres familiares⁽³³⁾.

PEREIRA COELHO designa como “relações parafamiliares” aquelas relações em cuja regulação legal não se reconhecem as características típicas da disciplina das relações familiares, mas que são conexas com elas ou a que a lei reconhece alguns dos seus efeitos⁽³⁴⁾. Para este Autor, é o que acontece com a união de facto no ordenamento jurídico português, por opção do nosso legislador ordinário, para a generalidade dos efeitos⁽³⁵⁾. Resulta da lei portuguesa que a união de facto juridicamente relevante, embora considerada como uma relação análoga à dos cônjuges, não é equiparada ao casamento, constituindo, por isso, uma relação *parafamiliar*, mais precisamente, *paraconjugal*. Noutros ordenamentos jurídicos, por exemplo, no ordenamento brasileiro, a *união estável* é equiparada ao casamento e constitui uma *entidade familiar*.

6. A NOÇÃO JURÍDICA DE UNIÃO DE FACTO

(33) FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, Curso de Direito da Família, 4.ª ed., cit., p. 156.

(34) FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 51.

(35) A partir da apreciação dos efeitos atribuídos pela lei à união de facto, PEREIRA COELHO conclui que a relação entre os respetivos sujeitos não será uma relação familiar “para a generalidade dos efeitos”, muito embora possa haver “domínios em que, excepcionalmente, ela merece essa qualificação. Cfr. “Anotação ao do Acórdão STJ de 05.06.1985”, in *RLJ*, Ano 120.º, cit., p. 84; *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 59 e 60.

Para beneficiarem das medidas de proteção previstas na lei, os companheiros terão de invocar a sua situação jurídica. A lei define a união de facto para este efeito como “*a situação jurídica de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivam em condições análogas às dos cônjuges há mais de dois anos*”. No entanto, nas ações que visem o reconhecimento de direitos resultantes da LUF, não bastará a mera alegação e prova da existência de uma convivência há mais de dois anos, em condições análogas às dos cônjuges. Terá de ser alegado e provado que não se verifica nenhuma das situações que, nos termos do art. 2.º, impedem a atribuição de direitos ou benefícios fundados na união de facto.

Pode questionar-se a necessidade de ter em consideração uma noção ampla de união de facto que abranja a vida em comum de duas pessoas, mesmo quando se verifique um obstáculo à sua relevância legal; ou se, pelo contrário, sempre que uma norma legal se refira a união de facto serão de ter em conta os pressupostos referidos na LUF para a sua relevância jurídica. Penso que deve retomar-se a distinção clássica na doutrina de PEREIRA COELHO entre os efeitos *favoráveis* e os efeitos *desfavoráveis* aos membros da união de facto³⁶. Na verdade, esta questão tem particular importância quando se trata de saber se os pressupostos previstos na LUF para a relevância jurídica da união de facto apenas devem estar presentes quando os seus membros pretendem beneficiar das medidas de proteção conferidas pela mesma lei, ou se também têm de se verificar sempre que terceiros queiram opor-lhes efeitos *desfavoráveis*⁽³⁷⁾. Para PEREIRA COELHO parece fundamental neste contexto a distinção entre efeitos *favoráveis* e efeitos *desfavoráveis*

³⁶ Cfr. FRANCISCO PEREIRA COELHO, *Curso de Direito da Família*, 1981, *cit.*, pp. 11 e 12.

⁽³⁷⁾ Sobre este problema, veja-se NUNO DE SALTER CID, *A comunhão de vida à margem do casamento: entre o facto e o direito*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 570-571, e *passim*, a propósito de “efeitos desfavoráveis”.

aos membros da união de facto⁽³⁸⁾. Com efeito, apenas beneficiarão dos efeitos *favoráveis* atribuídos pela LUF as situações de vida em comum em condições análogas às dos cônjuges com duração superior a dois anos, em relação às quais não se verifique nenhuma das circunstâncias impeditivas dos efeitos referidas no art. 2.º da mesma lei. Quando se tratar de terceiros que pretendam invocar a união de facto para obter a produção de efeitos *desfavoráveis* aos unidos de facto, já não será necessária a verificação de todos aqueles pressupostos.

Saliente-se que, embora muitas vezes seja feita referência “ao início” da união de facto ou à “constituição” da união de facto, a verdade é que na união de facto, ao contrário do que acontece no casamento, não existe um *ato fundacional*. O dia em que os dois passaram a viver juntos é apenas o primeiro dia dos dois anos ao fim dos quais poderão invocar a sua união como juridicamente relevante para efeitos do reconhecimento dos direitos e benefícios previstos na lei. Por outro lado, duas pessoas podem viver juntas durante décadas, como marido e mulher, sem nunca invocarem a relevância jurídica da sua vida em comum, que permanece assim num âmbito totalmente privado.

7. A PROVA DA UNIÃO DE FACTO

O casamento é um dos factos sujeitos a registo civil obrigatório [art. 1.º, n.º 1, alínea c), do CRC], sendo o registo o único meio de prova legalmente admitido para quem pretenda invocar os seus efeitos, com força probatória plena (arts. 2.º e 3.º do CRC e 371.º do Código Civil). A celebração do casamento gera um estado pessoal, o que justifica a sua sujeição a

⁽³⁸⁾ SALTER CID refere uma terceira categoria de efeitos, os efeitos “neutros”, para indicar as “normas que, consoante as circunstâncias dos destinatários, podem ser apontadas como portadoras de vantagens ou de inconvenientes para pessoas unidas de facto” (*A comunhão de vida à margem do casamento: entre o facto e o direito*, cit., pp. 624 e 687).

registro civil obrigatório, determinando o estado civil de “casado”.

Como vimos, a opção do legislador ordinário tem sido sempre contrária à formalização da união de facto, o que torna difícil a demonstração dos factos exigidos pela lei para a sua relevância jurídica, diversamente do que ocorre em outros ordenamentos jurídicos. Assim, a relevância jurídica da união de facto depende da sua invocação, em cada caso, pelos interessados. Também foi referido que os membros da união de facto não assumem qualquer compromisso jurídico duradouro, cada um deles podendo romper a relação quando quiser, unilateralmente e sem formalidades. Por isso, o regime legal da união de facto não importa um estado civil diferente, e não integra cada um dos membros na família do outro, uma vez que não gera relações de afinidade.

Relativamente à prova da união de facto, no âmbito jurídico-civil, recorde-se o regime geral do ónus da prova, segundo o qual incumbe a quem invoca um direito provar os factos constitutivos do mesmo (art. 342.º do Código Civil). Se um dos unidos de facto pretender beneficiar da proteção conferida à união de facto juridicamente relevante deverá demonstrar a realidade dos factos indicados para preenchimento dos pressupostos estabelecidos para tal relevância⁽³⁹⁾. A Lei da União de Facto inclui uma disposição cuja epígrafe é “Prova da união de facto” (art. 2.º-A). Depois de o n.º 1 afirmar a possibilidade de ser demonstrada por qualquer meio a realidade dos factos que são pressupostos da relevância jurídica da união de facto, os números seguintes referem-se à prova documental preconstituída. Este artigo destina-se a facilitar a demonstração da realidade desses factos, uma vez que a lei continua sem prever “um

⁽³⁹⁾ Repare-se, porém, que da atual redação do art. 2019.º do Código Civil, que prevê a cessação da obrigação de alimentos entre ex-conjuges, decorre que, nestes casos, é sobre o devedor que recai o ónus da prova da união de facto do beneficiário daquela prestação.

registo oficial para as uniões de facto”⁽⁴⁰⁾. Por outro lado, pretende-se libertar os membros da união de facto de terem de obter uma declaração judicial para certificar a sua relação. Repare-se contudo que a lei continua a fixar o princípio de que a dissolução da união de facto terá de ser judicialmente declarada quando se pretendam fazer valer direitos que dependam dela (art. 8.º, n.º 2)⁽⁴¹⁾.

A Lei da União de Facto refere expressamente a possibilidade de o resultado probatório poder ser obtido através da apresentação de um atestado da junta de freguesia competente, acompanhado de outros documentos, como a certidão de cópia integral do registo de nascimento e de declaração, sob compromisso de honra, de um ou de ambos, de que vivem em união de facto há mais de dois anos (art. 2.º-A, n.ºs 2, 3 e 4).

Importa sublinhar que a previsão da lei traduz-se apenas na menção da possibilidade de apresentação de documentos para demonstração dos pressupostos da relevância jurídica da união de facto, não conferindo qualquer valor probatório acrescido aos documentos referidos⁽⁴²⁾. A certidão de cópia integral

⁽⁴⁰⁾ FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 143. A questão da prova da união de facto é aí mencionada, muito sumariamente, afirmando-se que, em princípio, se tratará de prova testemunhal, não havendo, em regra, uma prova preconstituída. Não se exclui, no entanto, a prova documental, nomeadamente por meio de “atestados passados pela junta de freguesia da residência dos interessados”. Afirma-se ainda que um semelhante documento apenas provará o facto de que os interessados fizeram tal declaração, não prova que a afirmação corresponda à verdade (pp. 62-63). Ressalva-se a hipótese de se tratar de facto “atestado com base nas percepções da entidade documentadora”, nos termos do art. 371.º, n.º 1, do Código Civil, o que pode acontecer e realmente tem acontecido (cfr. NUNO DE SALTER CID, *A comunhão de vida à margem do casamento: entre o facto e o direito*, cit., p. 588, nota 153, p. 597, nota 174, e p. 636, nota 241, onde são descritas as competências legais atribuídas às juntas de freguesia para “atestar a residência, vida e situação económica dos cidadãos da freguesia”).

⁽⁴¹⁾ Quanto a este aspeto, resulta agora do texto legal uma exceção relativa às prestações sociais por morte (art. 6.º, n.º 2), de que falarei a seguir no texto.

⁽⁴²⁾ Continua a ser válida, portanto, a argumentação de PEREIRA COELHO respeitante aos factos abrangidos pela prova documental e ao seu valor probatório, referida na nota 40.

do registo de nascimento de cada um dos interessados destina-se a demonstrar a realidade dos factos referidos no art. 2.º, alíneas *a)*, *b)* (exceto relativamente à “demência notória”), *c)* e *d)*; a certidão do óbito do falecido demonstra a realidade do falecimento de um dos interessados; a declaração emitida pela junta de freguesia comprovará, em regra, apenas o facto de que os interessados fizeram tais afirmações, embora se possa admitir que ateste igualmente, com base na percepção da entidade documentadora, a realidade dos factos por ela abrangidos⁽⁴³⁾. Note-se ainda que a declaração da junta de freguesia, em princípio, se referirá apenas ao facto de os interessados terem uma residência comum há mais de dois anos, não abrangendo a natureza do seu relacionamento (muito embora, repita-se, não seja de excluir a hipótese de serem atestados esses factos com base nas percepções da entidade documentadora). Sendo assim, o documento emitido pela junta de freguesia não é suficiente para demonstrar a união de facto. Na verdade, a LUF não exige apenas a alegação e prova de que duas pessoas residem juntas há mais de dois anos e a falta de impedimentos à sua relevância jurídica; é necessário que se demonstre que vivem em “união de facto”. Em conformidade, aquele documento poderá ser proposto para demonstração de que duas pessoas vivem juntas e a duração da sua vida em comum, devendo ainda ser alegados e provados os factos relativos à natureza da sua relação – como uma vida “em condições análogas às dos cônjuges” –, factos que, na ausência de atestado respeitante a esses factos com base nas percepções da entidade documentadora, pareceria apenas poderem ser demonstrados por via de prova testemunhal. A LUF prevê agora que os próprios interessados apresentem, para demonstração da natureza da sua relação, uma declaração de ambos – ou apenas uma declaração singular, se não for possível obter a de ambos – sob compromisso de honra, “de que vivem em união de facto há mais de dois anos” (art. 2.º-A, n.º^{os}

⁽⁴³⁾ Cfr. o exposto na nota 40.

2, 3 e 4). O n.º 5 contém uma advertência sobre a sanção penal das falsas declarações. A referência às consequências penais da prestação de falsas declarações visa promover a correspondência entre as declarações e a realidade, através da ameaça da aplicação da sanção, na expectativa de que as declarações correspondam à verdade.

A previsão da LUF quanto às declarações dos interessados causa-me alguma estranheza. Como é sabido, reconhecida a veracidade deste documento, ele apenas provará que os seus autores fizeram as declarações que lhes são atribuídas, mas os factos que dele constam apenas se consideram exatos na medida em que forem contrárias aos interesses dos seus autores⁽⁴⁴⁾. Tratando-se de declarações sobre factos *favoráveis*, na medida em que são em concreto idóneos a produzir consequências vantajosas para os declarantes, está sempre presente o risco da credibilidade que decorre do seu interesse em que tais consequências se produzam. O que torna premente a dúvida sobre a sua isenção, uma vez que a declaração é necessária para obter a sua pretensão. É manifesta a ligação entre a descredibilização da declaração e o interesse no desfecho, sendo mais credíveis as declarações feitas em detrimento dos próprios declarantes. São estas considerações que estão na base do regime legal sobre a declaração confessória e o seu valor probatório⁽⁴⁵⁾. As declarações dos interessados que a LUF agora refere, na medida em que sejam favoráveis à sua pretensão, estarão sujeitas ao confronto com a demais prova e ao princípio da livre apreciação da prova. Ora, a importância destes documentos residiria sobretudo no facto de serem elementos destinados à instrução de procedimentos em que os interessados pretendem beneficiar dos

(44) Cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *A ação declarativa comum, À Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013, p. 276.

(45) Cfr. ADRIANO VAZ SERRA, *Provas (Direito Probatório Material)*, Lisboa, 1962, pp. 154 e segs. e 219 e segs. Sobre a declaração confessória extrajudicial e respetivo valor probatório, cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *A ação declarativa comum, À Luz do Código de Processo Civil de 2013*, cit., pp. 261 e 276.

efeitos previstos nesta lei, por exemplo, em face dos herdeiros do falecido (art. 2020.º do Código Civil), do senhorio (arts. 1105.º e 1106.º do Código Civil), das entidades responsáveis pelo pagamento das prestações por morte (art. 6.º, n.º 2). No entanto, apenas se poderá considerar como confissão extrajudicial, reconhecendo-lhe força probatória plena, quando a declaração confessória for feita por escrito à parte favorecida pela realidade do facto confessado, isto é, quando diga respeito a factos desfavoráveis ao declarante, em concreto idóneos a produzir consequências vantajosas para o declaratário⁽⁴⁶⁾.

A demonstração dos factos pressupostos pela relevância jurídica da união de facto foi facilitada no caso do acesso às prestações do Estado em caso de morte. Do n.º 2 do art. 6.º da LUF parece resultar talvez a função mais importante que se pretendeu atribuir aos elementos probatórios preconstituídos que acabei de analisar. Ao prever que a entidade responsável pelo pagamento das prestações previstas nas alíneas e), f) e g) do art. 3.º, caso entenda existirem “fundadas dúvidas sobre a existência da união de facto, deve promover a competente ação judicial com vista à sua comprovação”, a LUF pressupõe que tais prestações não serão requeridas por meio de uma ação judicial e que o requerimento será acompanhado com documentos destinados a comprovar a situação que origina o benefício social. Como se viu atrás, a união de facto não tem de ser provada por meio de ação judicial, nem a sua dissolução por vontade de um dos membros tem de ser judicialmente declarada (art. 8.º, n.º 2, da LUF); no entanto, quando se pretendam fazer valer direitos que dependam dela, tem de haver uma ação judicial destinada a proferir a declaração judicial de que existiu uma união de facto e que esta se dissolveu (bem como a reconhecer os direitos que se pretendem fazer valer, se for esse o

⁽⁴⁶⁾ Cfr. os arts. 352.º, 355.º, n.º 4, e 358.º, n.º 2, do Código Civil. Cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *A ação declarativa comum, À Luz do Código de Processo Civil de 2013*, cit., p. 261.

caso) (art. 8.º, n.ºs 2 e 3). Tratando-se do acesso a prestações sociais por morte, exceccionalmente, o procedimento será meramente documental⁽⁴⁷⁾. Contudo, na medida em que tais documentos não demonstram a realidade de todos os factos pressupostos pelo benefício, a entidade responsável, tendo “fundadas dúvidas sobre a existência da união de facto”, deve propor “a competente ação judicial”. A meu ver, tratar-se-á de uma ação de simples apreciação negativa, pelo que, embora o ónus da propositura da ação incumba à entidade responsável, competirá ao membro sobrevivente da união de facto comprovar os factos constitutivos do seu direito, nos termos do art. 343.º, n.º 1, do Código Civil⁽⁴⁸⁾.

O disposto no n.º 3 do art. 6.º suscita-me maiores dúvidas. Nos termos do n.º 1 do art. 6.º, para aceder às prestações por morte a que tem direito, o membro sobrevivente da união de facto terá de requer tal benefício à entidade responsável, instruindo o processo com os documentos necessários para provar a situação pressuposta pelo mesmo; de acordo com o n.º 2, se a entidade responsável tiver dúvidas fundadas sobre a existência

⁽⁴⁷⁾ Cfr. o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 8/11/2011, proc.133/10.5TBPNL.C1 (Virgílio Mateus). Muito embora se tenha decidido não serem de aplicar ao caso as alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2010, de 30/8, aí se reconheceu que o regime dela resultante reconhece o direito às prestações sociais por morte do companheiro “por força da mera junção do sobrevivente dos documentos referidos no art. 2.º-A, n.º 4, da Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio”.

⁽⁴⁸⁾ Cfr. o acórdão referido na nota anterior. Aí se afirma que «a competência para conhecer do direito às “prestações por morte” é hoje da segurança social (...). A tarefa da instituição de segurança social está facilitada, tanto mais quando haja documentos destinados a comprovar também a união de facto (daí o novo art. 2.º-A respeitante à prova): mesmo assim, a lei nova não deixou de prever a possibilidade de haver dúvidas sobre a existência da união de facto por mais de dois anos, facultando nesse caso a propositura de ação pela instituição, embora apenas para a verificação da existência da união de facto. (...) O art. 2.º-A não obsta a que sejam oferecidos outros meios de prova além dos documentos: basta atentar no n.º 1 desse artigo». O acórdão deixa claro o entendimento que a ação eventualmente proposta pela segurança social destina-se a obter uma decisão acerca da “declaração sobre a existência ou não da união de facto (não para o reconhecimento do direito à pensão)”.

da união de facto, deve promover a ação judicial destinada à sua comprovação; de acordo com o n.º 3, “[e]xceptuam-se do previsto no n.º 2 as situações em que a união de facto tenha durado pelo menos dois anos após o decurso do prazo estipulado no n.º 2 do artigo 1.º”. O que significa “exceptuam-se do previsto no n.º 2”? Será que a entidade responsável *não pode* entender que existem fundadas dúvidas? Ou que *não deve* promover a competente ação judicial com vista à sua comprovação? Parece que se tratará desta última hipótese, o que apenas terá importância no caso das entidades de natureza pública. Por outro lado, não se percebe a relevância particular atribuída a uma união de facto com duração superior a quatro anos⁽⁴⁹⁾.

8. O “ESTATUTO PRIVADO” DOS MEMBROS DA UNIÃO DE FACTO

Os efeitos legais da união de facto têm sido distinguidos e arrumados de acordo com diferentes critérios: efeitos entre os membros e efeitos em relação a terceiros; efeitos patrimoniais e efeitos pessoais; efeitos favoráveis e efeitos desfavoráveis aos seus membros; efeitos durante a vigência da vida em comum e efeitos da ruptura; efeitos da dissolução da união de facto em vida e da dissolução por morte; efeitos previstos na Lei da União de Facto e efeitos previstos em outra legislação. Na exposição que se segue irei focar o “estatuto privado” dos membros da união de facto, adotando uma sequência que destaca diversos grupos de problemas no âmbito jurídico-civil.

⁽⁴⁹⁾ No acórdão referido na nota anterior ficou registada alguma surpresa quanto a este aspeto: «(...) se a Segurança Social tiver fundadas dúvidas sobre a existência da união de facto, deve promover a competente “ação judicial” com vista à sua comprovação, mas não o pode fazer se a união de facto tiver durado mais de quatro anos (como se a duração superior a quatro anos de uma convivência qualquer apagasse as dúvidas sobre se o interessado convivera com o beneficiário em condições análogas às dos cônjuges!), restando-lhe deferir ou indeferir a pretensão».

8.1. DESTINO DA CASA DE MORADA COMUM NO CASO DE DISSOLUÇÃO DA UNIÃO DE FACTO POR RUPTURA OU POR MORTE

A semelhança entre a união *more uxorio* e o casamento residirá sobretudo na coabitação entre o homem e a mulher, que compreende os três aspetos classicamente apontados para a coabitação conjugal: viver como as pessoas casadas envolve a comunhão de habitação, de mesa e de leito⁽⁵⁰⁾. Por *comunhão de habitação* entende-se a adoção de uma residência comum, sendo o imóvel propriedade de um ou de ambos, ou sendo arrendado, por um ou por ambos. *Comunhão de mesa* significa que será possível “afirmar a existência de qualquer espécie de *economia doméstica*”⁽⁵¹⁾; o recurso à figura da sinédoque exprime a existência de uma economia comum, de um orçamento comum e de partilha de despesas. A *comunhão de leito* refere-se ao relacionamento íntimo entre ambos, designadamente às relações sexuais.

A questão do destino da casa de morada comum no caso de dissolução da união de facto apresenta assim um grande interesse prático. Os membros da união de facto adotam a mesma residência mas, ocorrendo a ruptura da relação, apenas um deles poderá permanecer na casa onde viviam, o que conduz a um conflito semelhante ao que surge em caso de separação conjugal ou de divórcio. Sendo a união de facto dissolvida por morte do membro que era titular exclusivo do direito de propriedade sobre o imóvel onde tinham fixado a residência comum, ou do direito de arrendamento sobre o mesmo, surge

⁽⁵⁰⁾ Cfr. FRANCISCO PEREIRA COELHO, “Anotação ao Acórdão do STJ de 05.06.1985”, in *RLJ*, Ano 120.º, *cit.*, p. 85; FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., *cit.*, p.75; JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, *cit.*, p. 651; ANTÓNIO FRANÇA PITÃO, *Unões de Facto e Economia Comum (Comentário crítico às Leis n.ºs 6/2001 e 7/2001, ambas de 11.05)*, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2011, p. 34.

⁽⁵¹⁾ Cfr. FRANCISCO PEREIRA COELHO, “Anotação ao Acórdão do STJ de 05.06.1985”, in *RLJ*, Ano 120.º, *cit.*, p. 85.

igualmente a questão de saber como tutelar o interesse que o membro sobrevivente terá em continuar a residir no local.

Todos os aspetos compreendidos na comunhão de vida dos unidos de facto, incluindo os do mesmo sexo, apontam para a importância da residência comum. O que distingue a relação de união de facto de um relacionamento pontual, ou de uma relação de namoro íntimo, será precisamente o facto de os sujeitos da relação viverem na mesma casa. Na verdade, para que se possa dizer que duas pessoas vivem em união de facto, não basta passarem férias ou fins de semana juntas, ou pernoitarem por vezes em casa uma da outra, mesmo que se trate de uma relação que dure muitos anos. “Relações sexuais fortuitas, passageiras, acidentais não configuram pois uma união de facto.”⁽⁵²⁾

O art. 4.º da LUF manda aplicar à ruptura da união de facto as soluções normativas preconizadas para o destino da casa de morada comum em caso de divórcio, com as devidas adaptações⁽⁵³⁾. A aplicação das referidas normas à união de facto envolve uma delicada atividade de adequação a esta realidade, uma vez que tais normas pressupõem um processo de divórcio a decorrer num Tribunal ou numa Conservatória do Registo Civil, processo que não existe no caso da ruptura da união de facto. Assim, o pedido de constituição de um direito ao arrendamento, nos termos do art. 1793.º do Código Civil, ou de transmissão do direito ao arrendamento para o não arrenda-

⁽⁵²⁾ FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 84.

⁽⁵³⁾ Sendo a casa de morada o centro da vida em comum dos unidos de facto, compreende-se a necessidade de resolver o conflito sobre qual dos dois ficaria aí a viver após a ruptura, tendo sido sustentada a aplicação analógica de normas cujo teor literal se referia a pessoas ligadas pelo vínculo do casamento. Cfr. FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 2.ª ed., cit., p. 110, e *Curso de Direito da Família*, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2003, p. 129, com referência à remissão para o art. 84.º, n.º 1, do Regime do Arrendamento Urbano no que respeita ao direito ao arrendamento; *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 81, reportando-se à remissão para o art. 1105.º do Código Civil.

tário, de acordo com o art. 1105.º do Código Civil, deve cumular-se com o de declaração judicial de dissolução da união de facto, tendo em conta o disposto no art. 8.º, n.º 2, da LUF⁽⁵⁴⁾. Já quanto à hipótese de transmissão do direito ao arrendamento por acordo (art. 1105.º, n.º 1, do Código Civil), na medida em que também supõe a verificação da dissolução da união de facto, não pode deixar de se entender que tal acordo terá sempre de ser homologado por sentença para poder ser oposto ao senhorio⁽⁵⁵⁾.

A LUF manteve a transmissão do direito ao arrendamento para habitação, por morte do arrendatário, à pessoa que com ele vivia em união de facto há mais de dois anos, desde que à data da morte o arrendatário não fosse casado ou, sendo casado, estivesse separado de pessoas e bens⁽⁵⁶⁾. A questão passou a estar regulada no n.º 1 do art. 1106.º do Código Civil, na redação dada pela Lei n.º 6/2006, de 27/2 (Novo Regime do Arrendamento Urbano), segundo o qual o arrendamento para habitação não caducava por morte do arrendatário quando lhe sobrevivesse “cônjuge com residência no locado ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano” [alínea *a*)]; ou “pessoa que com ele residisse em economia comum e há mais de um ano” [alínea *b*)]. Esta

⁽⁵⁴⁾ Cfr., FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 83. A questão tornou-se mais complexa pelo facto de o DL n.º 272/2001, de 13/10, ter passado para a esfera da competência do Conservador do Registo Civil o procedimento para atribuição de casa de morada de família [art. 5.º, n.º 1, alínea *b*)].

⁽⁵⁵⁾ Cfr., no entanto, o Acórdão do STJ de 9/10/2008, proc. 8A2211 (Mário Cruz), proferido no sentido de que o processo para atribuição da casa de morada comum a um dos elementos da união de facto extinta deve ser iniciado junto da Conservatória do Registo Civil da área onde se situa a habitação, só sendo o Tribunal chamado a intervir se as partes não chegarem a acordo, se o Conservador não puder tomar a decisão final, ou se, havendo tomado a decisão final, dessa decisão haja a parte vencida interposto recurso.

⁽⁵⁶⁾ O membro sobrevivente da união de facto foi assim colocado em posição mais favorável, logo a seguir ao cônjuge e aos descendentes (FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 113).

norma suscitava algumas dúvidas de interpretação relativamente à sua aplicação no contexto da união de facto. Para PEREIRA COELHO, a transmissão do direito ao arrendamento para o membro sobrevivente dependeria não apenas da alegação e prova dos pressupostos exigidos para a relevância jurídica da união de facto na LUF – isto é, a vida em comum há mais de dois anos, nos termos do art. 1.º, n.º 2, e a não ocorrência de nenhuma das circunstâncias previstas no art. 2.º –, mas também seria necessário que pelo menos um ano tivesse sido vivido no local arrendado⁽⁵⁷⁾.

Sendo o falecido titular do direito de propriedade sobre a casa de morada comum, a LUF concede ao sobrevivente os direitos reais de habitação e de uso do respetivo recheio, pelo menos pelo prazo de cinco anos (art. 5.º, n.ºs 1, 2 e 4)⁽⁵⁸⁾. O

⁽⁵⁷⁾ Cfr. *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 85 e 86. A minha interpretação também tinha sido no sentido de que a referência à união de facto supunha a sua relevância jurídica nos termos da LUF (RITA LOBO XAVIER, “Concentração ou transmissão do direito ao arrendamento habitacional em caso de divórcio ou morte”, in *Estudos em Homenagem ao Senhor Professor Doutor José de Oliveira Ascensão*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2008, p. 1040). Aliás, já tinha feito idêntica observação relativamente à proposta do Governo anterior ao que apresentou a proposta do Novo Regime do Arrendamento Urbano (o chamado RNAU) (cfr. RITA LOBO XAVIER, “O Regime dos Novos Arrendamentos Urbanos e a perspectiva do Direito da Família”, *O Direito*, Ano 136.º, II – III, Lisboa, 2004, pp. 332 e 333). No meu entendimento, contudo, deveria bastar a demonstração da comunhão de vida durante pelo menos um ano no locado, ou que a união de facto durou mais de dois anos, mesmo que fora do locado. Na verdade, não se compreenderia que o membro sobrevivente de uma união que exista há dez anos, por exemplo, não beneficie da transmissão da posição de arrendatário pelo simples facto de ter mudado de casa há menos de um ano; além disso, o requisito da duração temporal previsto na lei em termos gerais existe como indício de alguma estabilidade da vida em comum. Assim, o objetivo de dar continuidade ao gozo do local eleito como morada comum atinge-se relativamente a uma união que foi dissolvida por morte, mesmo que ainda não tenham decorrido dois anos, desde que tenha decorrido um ano no locado; pois, nesse caso, o projeto de vida em comum terá sido interrompido pela morte, não havendo indício de instabilidade (RITA LOBO XAVIER, “Concentração ou transmissão do direito ao arrendamento habitacional em caso de divórcio ou morte”, cit., p. 1041).

⁽⁵⁸⁾ O direito de uso do recheio só foi consagrado em 2010, por forma a equiparar o unido de facto sobrevivente ao cônjuge sobrevivente, no caso previsto no artigo 2103.º-A, muito embora, como se verá mais à frente, este último tenha de imputar o respetivo

direito de habitação não será conferido se o membro sobrevivivo tiver casa própria na área do respetivo concelho da casa de morada comum, incluindo os concelhos limítrofes no caso das áreas dos conselhos de Lisboa ou do Porto (art. 5.º, n.º 6)⁽⁵⁹⁾. Esgotado o prazo em que beneficiou do direito de habitação, o membro sobrevivivo poderá permanecer no imóvel na qualidade de arrendatário (art. 5.º, n.º 7)⁽⁶⁰⁾. A LUF confere ainda ao membro sobrevivivo da união de facto o direito de preferência em caso de alienação do imóvel durante o tempo em que o habitar (art. 5.º, n.º 9).

Os direitos conferidos a membro sobrevivivo da união de facto caducam se este não habitar a casa por mais de um ano, salvo se a falta de habitação for devida a motivo de força maior (art. 5.º, n.º 5).

8.2. OS EFEITOS PATRIMONIAIS ENTRE OS MEMBROS DA UNIÃO DE FACTO E A DIVISÃO DO PATRIMÓNIO ADQUIRIDO DURANTE A VIDA EM COMUM

Os membros da união de facto não estão vinculados por deveres jurídicos recíprocos, nem as relações patrimoniais,

valor no seu quinhão hereditário.

⁽⁵⁹⁾ Esta disposição foi introduzida em 2010, sendo a extinção do direito de habitação em situações de não utilização da casa pelo seu titular ou de disponibilidade de residência noutro local sustentada anteriormente por alguma doutrina (cfr. ANTÓNIO FRANÇA PITÃO, *Unões de Facto e Economia Comum (Comentário crítico às Leis n.ºs 6/2001 e 7/2001, ambas de 11.05), cit.*, p. 211. “O legislador de 2010, tendo em atenção que a atribuição deste direito real onera o direito de propriedade dos sucessores do membro da união de facto falecido, numa composição de interesses contrapostos, entendeu excluir aquele direito nas situações em que o membro sobrevivivo dispunha de uma casa própria, com uma localização próxima, onde podia estabelecer a sua habitação” [Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 19/2/2013 (Sílvia Pires)]).

⁽⁶⁰⁾ O prazo em que o membro sobrevivivo beneficia do direito de habitação sobre a casa será pelo menos de cinco anos, se a união de facto tiver tido uma duração inferior a esse número de anos; se tiver tido uma duração superior, tal direito é conferido por um tempo igual ao da duração da união de facto, e excecionalmente, por motivos de equidade, poderá ser superior a essa duração (cfr. art. 5.º, n.ºs 2 e 4).

entre ambos e em relação a terceiros, estão reguladas pela lei de forma especial, como acontece com os cônjuges. A legalização da união de facto em Portugal, como vimos, nunca envolveu normas sobre estas questões. No entanto, um dos aspetos mais relevantes da vida “em condições análogas às dos cônjuges” é a existência de uma forma de “economia doméstica” comum⁽⁶¹⁾. Com efeito, entre as pessoas que vivem em união de facto estabelece-se uma comunhão de interesses patrimoniais, apesar da inexistência de um vínculo matrimonial, o que muitas vezes explica soluções da doutrina e da jurisprudência estrangeiras encontradas para resolver problemas relativos à divisão dos bens adquiridos durante a vida em comum, ou a pedidos de compensação pela colaboração prestada no contexto da relação, ou à responsabilidade de ambos por dívidas decorrentes de despesas com a vida do lar⁽⁶²⁾. Muitas dessas soluções resultam da aplicação por via da analogia de normas previstas para a relação conjugal.

Não existe entre os membros da união de facto um dever de assistência, no entanto eles podem fixar a contribuição de cada um para as despesas da casa, o que influirá no montante das suas despesas individuais⁽⁶³⁾. Os membros da união de facto são estranhos um ao outro, ficando as suas relações patrimoniais sujeitas ao regime geral das relações obrigacionais e reais⁽⁶⁴⁾. No entanto, os companheiros poderão regular os efeitos patrimoniais da sua relação através dos chamados “contratos de coabitação”, incluindo, por exemplo, cláusulas a inventariar os bens levados para a união, a estabelecer regras de divisão dos bens adquiridos na vigência da união, a fixar presun-

(61) FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 72.

(62) Cfr. RITA LOBO XAVIER, *Limites à autonomia privada na disciplina das relações patrimoniais entre os cônjuges*, Coimbra, Almedina, 2000pp. 475-478.

(63) FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 69.

(64) *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 72 e 80.

ções relativas à titularidade dos bens adquiridos ou às quantias depositadas em contas bancárias, a regular a contribuição de cada um dos conviventes para as despesas do lar⁽⁶⁵⁾.

No que diz respeito à divisão do património adquirido durante a vida em comum⁽⁶⁶⁾, é de referir a corrente jurisprudência

⁽⁶⁵⁾ Cfr. *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 73. Cada uma das cláusulas deverá ser apreciada segundo as regras do direito comum (*Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 72 e 80). Sobre estes contratos, cfr. RENATO DE OLIVEIRA NETO, *Contrato de Coabitação na União de Facto – Confronto entre o Direito Brasileiro e Português*, Coimbra, Almedina, 2006. PEREIRA COELHO entendeu ainda ser razoável estender à união de facto o art. 1691.º, alínea b), do Código Civil, em consideração da aparência de vida matrimonial criada pelos membros da união de facto, suscetível de suscitar a confiança de terceiros. Concluiu assim que os sujeitos da relação poderiam ser considerados solidariamente responsáveis pelas dívidas contraídas por qualquer um deles para acorrer aos encargos da vida em comum. Esta posição é sustentada já no *Curso de Direito da Família*, policopiado, 1981, cit., p. 11, nota 3. Cfr. FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 75 e 76 e também a p. 409, onde se equaciona inclusivamente a hipótese de aplicação por analogia da alínea c) do art. 1691.º do Código Civil.

⁽⁶⁶⁾ PEREIRA COELHO refletia já em 1981 sobre este assunto, referindo a solução seguida pelas jurisprudências francesa e brasileira no sentido de proceder a uma liquidação segundo os princípios das sociedades de facto quando os respetivos pressupostos se verificassem – *Curso de Direito da Família*, policopiado, 1981, cit., p. 12, em nota; *Curso de Direito da Família*, policopiado, 1986, p. 13, em nota. FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 80. Esta posição foi seguida por alguma da jurisprudência nacional. No entanto, estes princípios eram de difícil aplicação, uma vez que a união de facto não consubstancia uma atividade económica, nem visa a obtenção de lucro, sendo preciso um grande esforço de interpretação para reportar ao art. 980.º do Código Civil, respeitante ao contrato de sociedade. Por outro lado, a liquidação judicial das sociedades de facto seguia os seus termos na dependência da ação de dissolução, declaração de inexistência ou anulação da sociedade, quando esta existisse, devendo os liquidatários apresentar as contas e o projeto de divisão do ativo restante. Aprovadas as contas e liquidado, integralmente, o passivo social, o valor do ativo restante seria partilhado entre os sócios. A aplicação deste procedimento de liquidação à divisão do património constituído durante a vida em comum pressuporia uma ação declarativa prévia onde, para além da ruptura da vida em comum, deveriam ser alegados e provados os pressupostos específicos da união de facto, bem como a concreta identificação do ativo e passivo constituídos. O Processo Especial de Liquidação Judicial de Sociedades de Facto desapareceu do Código de Processo Civil de 2013, deixando de ser possível esta solução, pelo menos no que diz respeito ao procedimento.

dencial que apela aos princípios do enriquecimento sem causa para fundar a obrigação de restituição de um dos membros da união de facto, logrando desse modo a liquidação e divisão do património adquirido pelo esforço comum de ambos⁽⁶⁷⁾. O instituto do enriquecimento sem causa é fonte autónoma de obrigações: “Aquele que, sem causa justificativa, enriquecer à custa de outrem é obrigado a restituir aquilo com que injustificadamente se locupletou” (art. 473.º, n.º 1). Muito simplificada-mente, para que se constitua uma obrigação de restituição, nos termos dos arts. 473.º e segs. do Código Civil, é necessário que se verifique um enriquecimento; que esse enriquecimento se obtenha à custa de outrem e que para tal, inexista uma causa justificativa⁽⁶⁸⁾. Nos termos do art. 474.º do Código Civil, “não há lugar à restituição por enriquecimento sem causa, quando a lei facultar ao empobrecido outro meio de ser indemnizado ou restituído, negar o direito à restituição ou atribuir outros efeitos ao enriquecimento”. Grande parte da jurisprudência nacional tem entendido que a união de facto constitui causa justificativa da criação de um património adquirido através do esforço comum dos seus membros. A dissolução da união de facto extingue a causa justificativa em que se baseavam as atribuições patrimoniais dos conviventes, pelo que poderá recorrer-se ao instituto do enriquecimento sem causa, na modalidade de *causa finita* (n.º 2 do art. 473.º do Código Civil), pois tratar-se-á de um enriquecimento em virtude de uma causa que deixou de existir⁽⁶⁹⁾. No entanto, também se sustenta não haver lugar para a aplicação do referido instituto, uma vez que não é possível

⁽⁶⁷⁾ *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 80.

⁽⁶⁸⁾ JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações*, 12.ª ed., Coimbra, Almedina, 2009, p. 491.

⁽⁶⁹⁾ Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil Português*, II – Direito das Obrigações, Tomo III, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 273-275. Ponto é que o Autor alegue e prove as deslocações patrimoniais e que estas se verificaram no pressuposto, entretanto desaparecido, da continuação e subsistência da união de facto [cfr. os Acórdãos do STJ de 31/3/2009, proc. 09B652 (João Bernardo), e de 20/3/2014, proc. 2152/09.5TBBRG.G1.S1 (Nuno Cameira)].

apurar o enriquecimento de um dos membros da união de facto à custa do outro, nem o correspondente empobrecimento, na medida em que tudo o que foi prestando entre ambos teve em vista o bem comum, sobretudo quando ambos contribuíram, de forma quase igualitária, para a economia doméstica, nomeadamente com o produto do trabalho de cada um e com a partilha das tarefas domésticas⁽⁷⁰⁾.

No que diz respeito à divisão dos bens adquiridos durante a vida em comum poderá ainda ter aplicação o regime da compropriedade (arts. 1403.º e segs. do Código Civil), o que implicará, em regra, a intervenção de ambos os membros da união de facto no ato de aquisição da coisa. Na verdade, quando se trate de atos de aquisição não sujeitos a forma e de bens não registáveis, a prova da compropriedade será bastante difícil. Será possível a prova da contribuição de ambos os membros da união de facto para a aquisição de um determinado bem que ficou a ser propriedade exclusiva de um deles, com recurso a qualquer meio de prova, para efeitos de exigir a restituição do que foi prestado⁽⁷¹⁾.

Finalmente, importa referir a posição de uma parte da jurisprudência nacional que enquadra as contribuições dos conviventes para o património constituído durante a união de facto, nomeadamente no que diz respeito à partilha de despesas, como o cumprimento de uma obrigação natural (arts. 402.º a 404.º do Código Civil). Nesta medida, tudo o que foi prestado no contexto da união de facto seria insuscetível de repetição, por força do art. 403.º do Código Civil, uma vez que se

⁽⁷⁰⁾ “Em caso de dissolução da união de facto, o trabalho doméstico que a autora fez enquanto viveu naquela situação com o réu, porque constitui uma participação livre para a economia comum baseada na entreada ou partilha de recursos, não lhe confere o direito de restituição do respectivo valor” [Acórdão do STJ de 6/7/2011, proc. 3084/07.7TBPTM.E1.S1 (Sérgio Poças)].

⁽⁷¹⁾ CRISTINA DIAS, “Dissolução da união de facto – Anotação ao Acórdão do TRG de 29.9.2004, Proc. 1289/04”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 11, Julho/Setembro 2005, pp. 77-78.

tratou do cumprimento de deveres de ordem moral e social⁽⁷²⁾.

8.3. O RECONHECIMENTO DE UMA FORMA DE “ECONOMIA DOMÉSTICA” COMUM

A Lei n.º 23/2010, de 30/8, que procedeu à primeira alteração da LUF, não consagrou quaisquer soluções para os problemas relacionados com responsabilidade solidária por dívidas contraídas para acorrer aos encargos da vida do lar e à divisão do património adquirido durante a relação⁽⁷³⁾. As sugestões da doutrina e dos tribunais enfrentam todavia duas objeções importantes. Por um lado, tratar-se-á de “adivinhação judiciária”, isto é, da construção de uma teoria *a posteriori* para justificar aquilo em que os membros da união de facto nem sequer pensaram; ou de “contorções” do direito comum, muitas vezes insatisfatórias⁽⁷⁴⁾. Por outro lado, se as pessoas vivem em união de facto porque não querem casar, “seria uma violência impor-lhes o estatuto matrimonial, que elas deliberadamente rejeitaram”⁽⁷⁵⁾.

⁽⁷²⁾ Aceitando expressamente que a figura das obrigações naturais pode emergir de uma situação de união de facto, cfr. os Acórdãos do STJ, proc. 09B652 (João Bernardo) e proc. 3084/07.7TBPTM.E1.S1 (Sérgio Poças), já mencionados.

⁽⁷³⁾ Nos debates preparatórios da legislação vigente foi recusada tal regulação. O projeto que foi apresentado para as alterações que depois vieram a constar da Lei n.º 23/2010 propunha a consagração de normas que permitiam expressamente aos membros da união de facto convencionar cláusulas sobre a propriedade dos bens adquiridos. Incluía ainda uma presunção de compropriedade dos bens móveis, a responsabilidade solidária dos membros da união de facto por dívidas contraídas para acorrer aos encargos da vida familiar, a possibilidade de ser fixado judicialmente o direito de um dos membros a exigir do outro ou da herança do falecido a “compensação dos prejuízos económicos graves resultantes de decisões de natureza pessoal ou profissional por ele tomadas, em favor da vida em comum, na previsão do carácter duradouro da união”. Como GUILHERME DE OLIVEIRA explica, as normas que previam soluções para estes problemas acabaram por não constar da Lei, na sequência de veto do Presidente da República [“Nota sobre a Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto (Alteração à lei da união de facto)”, *cit.*, pp. 150-152].

⁽⁷⁴⁾ RITA LOBO XAVIER, *Limites à autonomia privada na disciplina das relações patrimoniais entre os cônjuges*, *cit.*, p. 475, em nota.

⁽⁷⁵⁾ FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da*

No entanto, não pode deixar de se reconhecer que serão precisamente os elementos caracterizadores da comunhão de vida patrimonial entre os unidos de facto que a aproximarão da comunhão de vida conjugal: o esforço conjunto, a contribuição para as despesas comuns e a colaboração na vida quotidiana e profissional geram expectativas de participação no património adquirido a merecer uma disciplina reguladora dos conflitos eventualmente suscitados por ocasião da ruptura⁽⁷⁶⁾.

Apesar de tudo, importa salientar que algumas das normas inseridas na LUF pressupõem o reconhecimento da existência de uma forma de “economia doméstica”.

Em primeiro lugar, atribuiu-se ao membro sobrevivente da união de facto o direito a prestações sociais, “independentemente da necessidade de alimentos” (art. 6.º, n.º 1, da LUF). Para ter acesso às prestações sociais, o membro sobrevivente da união de facto tinha de demonstrar não existirem familiares obrigados a prestar-lhe alimentos que o pudessem fazer, nem poderem as suas necessidades ser satisfeitas à custa da herança do falecido. O texto legal encontrava a sua justificação no facto de os membros da união de facto não se terem vinculado a um dever de assistência recíproco, como acontece no casamento, pelo que não se poderia depreender da morte de um deles uma diminuição dos rendimentos disponíveis⁽⁷⁷⁾. A atual redação do art. 6.º, n.º 1, da LUF reconhece assim a “assistência informal” que decorre da partilha de recursos que envolve a vida em comum⁽⁷⁸⁾.

Família, 4.ª ed., cit., p. 58.

⁽⁷⁶⁾ RITA LOBO XAVIER, *Limites à autonomia privada na disciplina das relações patrimoniais entre os cônjuges*, cit., p. 479.

⁽⁷⁷⁾ RITA LOBO XAVIER, “Acs. TC n.ºs 195/2003 e 88/2004 (uniões de facto e pensão de sobrevivência)”, (anotação), *Justiça Constitucional*, n.º 3, 2005, p. 20. Sustentei que a diminuição de rendimentos do sobrevivente poderia ser demonstrada, provando-se assim que, no caso concreto, a união de facto tinha envolvido uma solidariedade patrimonial semelhante à que se estabelece entre os cônjuges (p. 23).

⁽⁷⁸⁾ GUILHERME DE OLIVEIRA, “Nota sobre a Lei n.º 23/2010 de 30 de Agosto (Alteração à lei da união de facto)”, cit., p. 148.

Idêntica observação se pode fazer a propósito da atual versão do art. 2020.º do Código Civil. A redação anterior da norma do art. 2020.º reconhecia ao membro sobrevivente da união de facto o direito a exigir alimentos da herança do falecido com quem vivesse há mais de dois anos, se este não fosse casado ou, sendo casado, estivesse separado de pessoas e bens, caso não pudesse obtê-los do cônjuge ou ex-cônjuge, dos descendentes, dos ascendentes ou dos irmãos. O texto do n.º 1 do art. 2020.º é hoje o seguinte: “ O membro sobrevivente da união de facto tem o direito de exigir alimentos da herança do falecido”. Torna-se agora claro que os pressupostos da relevância jurídica da união de facto se reportam à LUF, mas sobretudo que o direito do membro sobrevivente não depende da demonstração de que não pode obter alimentos dos seus familiares enunciados no art. 2009.º do Código Civil, cabendo em primeira linha a obrigação alimentar aos herdeiros do falecido, obviamente na medida das forças da herança⁽⁷⁹⁾. Este direito de exigir alimentos da herança do falecido caduca se não for exercido nos dois anos subsequentes à data da morte do autor da sucessão (art. 2020.º, n.º 2, do Código Civil).

A atual redação da norma do art. 2019.º do Código Civil determina a cessação da obrigação alimentar do ex-cônjuge se o alimentando “iniciar união de facto”⁽⁸⁰⁾. GUILHERME DE OLIVEIRA fundamenta a nova redação no facto de a vida em comum supor uma partilha de recursos, o que envolve uma “assistência informal” e justifica que faça cessar prestações anteriores baseadas num casamento dissolvido⁽⁸¹⁾. Na verdade, compreende-se o sentido da alteração, muito embora não se possa deixar de apontar algumas dificuldades à solução que

(79) “Nota sobre a Lei n.º 23/2010 de 30 de Agosto (Alteração à lei da união de facto)”, *cit.*, p. 149.

(80) Esta solução corresponde às sugestões formuladas por FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., *cit.*, pp. 77 e 78.

(81) *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., *cit.*, p. 149.

ficou consagrada. Se o credor da prestação de alimentos não se conformar com o facto de o seu ex-cônjuge deixar de pagar tal prestação, caberá a este último, na ação judicial eventualmente proposta, alegar e provar os factos extintivos da sua obrigação. Sendo a união de facto invocada por terceiro com a finalidade de produzir efeitos *desfavoráveis* a um dos membros daquela relação, parece que não será de exigir a verificação de todos os pressupostos necessários para a sua relevância jurídica, como se salientou atrás⁽⁸²⁾. O uso da expressão “início” da união de facto suportará também a interpretação no sentido de que não será necessário comprovar que tal relação dura há mais de dois anos. Contudo, repare-se que, sendo muito difícil a demonstração da existência de uma união de facto por parte de terceiros, a circunstância de se tratar de uma relação que pode dissolver-se a qualquer momento aumenta esta dificuldade. Em qualquer altura pode o ex-cônjuge ver “renascida” a sua obrigação alimentar, podendo tal ocorrer mesmo no decurso da ação em que está a tentar comprovar a extinção daquela obrigação⁽⁸³⁾. Nesta medida, poderá continuar a afirmar-se que, neste aspeto, a união de facto é favorecida em relação ao casamento, sendo as pessoas dissuadidas de se casarem para tentarem não perder a pensão de alimentos que recebem do ex-cônjuge⁽⁸⁴⁾. Estas observações têm cabimento no contexto da fixação da obrigação de alimentos a cargo da herança do falecido, na medida em que o n.º 3 do art. 2020.º considera aplicável a esta situação o disposto no art. 2019.º quanto à cessação da obrigação alimentar.

Finalmente, faço apenas referência a duas das alterações

(82) Quanto à factualidade que permita fixar o início de uma união de facto para efeitos da aplicação da norma do atual art. 2020.º quando se refere “ao início da união de facto”, cfr. o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proc. 606/10.0T4AVRA.C1 (Jorge Manuel Loureiro).

(83) Com efeito, o ex-cônjuge aparece na primeira linha dos obrigados a alimentos na ordem indicada no art. 2009.º do Código Civil [“1. Estão vinculados à prestação de alimentos, pela ordem indicada: a) O cônjuge ou ex-cônjuge”].

(84) FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 77.

introduzidas no art. 5.º, salientando que atualmente a LUF considera como “núcleo irredutível da proteção conferida ao membro sobrevivido da união de facto” a proteção da casa de morada comum, mesmo contra a vontade do falecido manifestada em testamento⁽⁸⁵⁾. A LUF reconhece agora o direito do membro sobrevivido da união de facto ao uso do recheio da casa de morada comum, que não constava da versão anterior da LUF. O direito ao uso do recheio da casa de morada comum é reconhecido ao cônjuge sobrevivido, muito embora em termos diferentes, uma vez que este último é herdeiro legitimário, devendo o valor dos direitos de habitação da casa de morada da família e de uso do respetivo recheio ser imputados no respetivo quinhão hereditário, e podendo eventualmente ficar a dever tornas aos co-herdeiros (arts. 2103.º-A e 2103.º-B do Código Civil). O membro sobrevivido da união de facto não é herdeiro legal, por isso esta questão apenas se colocará no caso de ser herdeiro testamentário.

8.4. DIREITO A INDEMNIZAÇÃO DO MEMBRO SOBREVIVIDO DA UNIÃO DE FACTO NO CASO DE LESÃO DE QUE PROVEIO A MORTE

O n.º 3 do art. 496.º do Código Civil foi alterado pela Lei n.º 23/2010, de 30/8, prevendo hoje que no caso de lesão de que proveio a morte de um dos membros da união de facto pode ser reconhecido o direito a indemnização por danos não patrimoniais sofridos pelo outro membro com a morte do companheiro.

⁽⁸⁵⁾ GUILHERME DE OLIVEIRA, “Nota sobre a Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto (Alteração à lei da união de facto)”, *cit.*, p. 147. A redação anterior da LUF permitia o afastamento deste direito por disposição testamentária do falecido e daí resultava a sua “fraca proteção” (FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., *cit.*, p. 84). A redação do art. 5.º sofreu grandes alterações e a sua análise detalhada excederia os limites impostos pelos objetivos do presente estudo.

Na verdade, quanto ao direito a uma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos no caso de lesão de que proveio a morte de um dos membros da união de facto, era já sustentável a procedência de uma ação proposta pelo sobrevivivo com essa finalidade, fundada na norma do art. 495.º, n.º 3, do Código Civil. Pode considerar-se que, no caso de o falecido prestar alimentos ao sobrevivivo, a prestação, embora não judicialmente exigível, corresponde ao cumprimento de uma obrigação natural⁽⁸⁶⁾. No entanto, já não seria assim se estivesse em causa um pedido de indemnização pelos danos não patrimoniais sofridos, uma vez que o art. 496.º, n.º 2, indicava, de forma taxativa, as pessoas que teriam direito a ser indemnizadas no caso de morte do lesado, não estando incluído o membro sobrevivivo da união de facto⁽⁸⁷⁾. O texto da norma do n.º 3 do art. 496.º refere agora expressamente o membro sobrevivivo da união de facto no elenco dos titulares do direito de indemnização por danos não patrimoniais decorrentes da morte, pondo fim à discussão doutrinária e jurisprudencial que se tinha desenvolvido sobre a questão⁽⁸⁸⁾.

(86) FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., p. 87.

(87) *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit.

(88) PEREIRA COELHO, em coerência com o seu entendimento sobre as implicações do princípio da igualdade nestas matérias, defendeu que também não seria legítima, neste caso, a equiparação do unido de facto sobrevivivo ao cônjuge sobrevivivo. Nesta ordem de ideias, discordou igualmente de um acórdão do Tribunal Constitucional que julgou “inconstitucional por violação do art. 36.º, n.º 1, conjugado com o princípio da proporcionalidade, a norma do n.º 2 do art. 496.º do Código Civil, na parte em que, em caso de morte da vítima de um crime doloso, exclui a atribuição de um direito de ‘indemnização por danos não patrimoniais’, pessoalmente sofridos pela pessoa que convivia com a vítima em situação de união de facto estável e duradoura, em condições análogas às dos cônjuges”. Cfr. o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 275/2002, 2.ª Secção, de 19/6/2002 (*Diário da República*, II Série, de 24/7/2002, pp. 12896-12902), com declaração de voto de vencido do Conselheiro Bravo Serra, acompanhado pelo Conselheiro Cardoso da Costa. Cfr. também FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., cit., pp. 87-88.

8.5. REPARAÇÃO DOS PREJUÍZOS CAUSADOS EM CASO DE INJUSTA RUPTURA DA UNIÃO DE FACTO

A ruptura unilateral da união de facto é livre e sem formalidades, por isso dela não resulta qualquer indemnização por danos que se possam verificar⁽⁸⁹⁾. Poderá, todavia, considerar-se como cumprimento de obrigação natural, e sujeito como tal ao respetivo regime, o que tenha sido prestado voluntariamente na sequência da ruptura⁽⁹⁰⁾.

Para PEREIRA COELHO, não será de excluir contudo “a possibilidade de a ruptura da união de facto, em determinadas circunstâncias, se mostrar clamorosamente injusta, com manifesto excesso dos limites impostos pela boa fé ou pelos bons costumes ao exercício do direito”, admitindo que a proibição do abuso do direito possa obrigar aquele que rompe a relação a reparar os prejuízos causados ao outro⁽⁹¹⁾.

9. CONCLUSÃO

Designei por “estatuto privado” dos membros da união de facto o conjunto de direitos e deveres recíprocos reconhecidos pela lei, no âmbito jurídico-civil, que dizem respeito às exigências de solidariedade e de cooperação, à sua integração nas respetivas famílias de origem e ao estado civil, bem como às questões relativas à dissolução, tais como a divisão da pro-

⁽⁸⁹⁾ Cfr., por exemplo, o já referido Acórdão do STJ de 6/7/2011, proc. 3084/07.7TBPTM.E1.S1: “Não estando, como não está, o unido de facto vinculado juridicamente ao cumprimento dos deveres conjugais previstos nos arts. 1672.º e segs. do Código Civil, e porque o regime da união de facto nada prevê nesse sentido, necessariamente, não existe o direito a indemnização pela ruptura daquela união nem pelos eventuais danos não patrimoniais que a dissolução daquela tenha causado”.

⁽⁹⁰⁾ Neste sentido, cfr. FRANCISCO PEREIRA COELHO, “Anotação ao Acórdão STJ de 05.06.1985”, *RLJ*, Ano 120.º, *cit.*, p. 80, e *Curso de Direito da Família*, policopiado, 1981, *cit.*, p. 11, em nota; e 1986, *cit.*, p. 12, em nota.

⁽⁹¹⁾ Cfr. FRANCISCO PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, 4.ª ed., *cit.*, p. 81.

priedade adquirida, a obrigação de alimentos, a remuneração da colaboração prestada durante a vida em comum. Na lei portuguesa, muito embora os efeitos da união de facto no plano interno tenham aumentado, continuam a ser muito diminutos, ficando dependentes da invocação pelos próprios indivíduos, o que significa o reconhecimento da natureza predominantemente privada desta relação. Paradoxalmente, no âmbito externo e de proteção social, é atribuída à união de facto idêntica relevância à que é reconhecida ao casamento, na medida em que seus membros gozam de idêntica proteção àquela de que os cônjuges beneficiam, no campo das prestações sociais e da proteção laboral, por exemplo.

O conjunto de direitos e deveres reconhecidos pela lei no âmbito das relações familiares justifica-se pela importância social das funções que realizam, em regra associadas à solidariedade entre gerações, em geral, e em relação aos filhos, em especial⁽⁹²⁾. Muito embora as relações jurídicas familiares tenham uma natureza privada, em atenção à importância social da Família, a lei tutela o interesse coletivo que, frequentemente, sobrepõe aos interesses dos próprios sujeitos das relações familiares, impondo-lhes determinados deveres. Da análise das disposições de natureza jurídico-civil aplicáveis à união de facto, conclui-se pela opção do legislador no sentido da sua natureza não familiar, o que contrasta com a proteção social que lhe é concedida.

⁽⁹²⁾ A relevância da solidariedade entre sexos reside particularmente na ligação com o cumprimento da primeira função. Sobre este tema, RITA LOBO XAVIER, “Família, Direito e lei”, in *Léxico da Família, Termos ambíguos e controversos sobre a família, vida e aspectos éticos*, Lisboa, Principia, 2010, e “O público e o privado no Direito da Família”, in *Direito e Filosofia: Intersecções = Law and Philosophy: Intersections* (Eds. Álvaro Balsas, SJ; Ricardo Barroso Batista), *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 70 (2014), 4, Braga, Aletheia – Associação Científica e Cultural, 2014.

